

Thiago Henrique Varella Oliveira Carapetcov

**Mediação endógena como instrumento de
decisão racional direcionada para o
desenvolvimento da governança regional**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre (Opção profissional) pelo
Programa de Pós-Graduação em Análise e Gestão de
Políticas Internacionais da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Conor Gerald Foley

Rio de Janeiro
Julho de 2019

Thiago Henrique Varella Oliveira Carapetcov

**Mediação endógena como instrumento de
decisão racional direcionada para o
desenvolvimento da governança regional**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Análise e Gestão de Políticas Internacionais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo.

Prof. Conor Gerald Foley

Orientador

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Prof.^a Andrea Ribeiro Hoffmann

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Prof. Paulo Velasco

Departamento de Relações Internacionais - Universidade do Estado do
Rio de Janeiro (UERJ)

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Thiago Henrique Varella Oliveira Carapetcov

O autor concluiu sua Graduação em Direito na Universidade Estácio de Sá – UNESA em 2007 e sua Especialização em Direito Societário e Mercado de Capitais na Fundação Getúlio Vargas em 2009.

Ficha Catalográfica

Carapetcov, Thiago Henrique Varella Oliveira

Mediação endógena como instrumento de decisão racional direcionada para o desenvolvimento da governança regional / Thiago Henrique Varella Oliveira Carapetcov ; orientador: Conor Gerald Foley. – 2019.

35 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2019.

Inclui bibliografia

1. Relações Internacionais – Teses. 2. Mediação endógena. 3. Governança regional. 4. Decisão racional. I. Foley, Conor. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Instituto de Relações Internacionais. III. Título.

CDD: 327

Agradecimentos

Agradeço a Deus, Senhor de tudo, dono do tempo que me permite viver na mais plena saúde e felicidade.

Dedico esse mestrado a uma mulher, mais forte que todos, chamada Lourdes, minha mãe que se foi para uma vida plena. A frente de seu tempo me ensinou a ser firme, forte e impulsivo. Impulsivo nas minhas convicções, forte em meu Deus. Gratidão eterna e a certeza que iremos nos encontrar.

Ao meu pai, por sempre ter me dado a mão e me ensinado a ponderar o imponderável.

A minha mãe por me mostrar que o impossível é só questão de tempo e o amor é feito de insanidades. Louco amor, para eternidade.

A minha tia Patrícia e o amor incondicional que temos um pelo outro. Ao meu menino Lucas e sua alegria em me fazer pai antes mesmo de eu ser.

Ao fim, agradeço sem que nenhuma palavra possa se adequar ao tamanho do meu amor as minhas três razões de viver. Não existe nada na minha frente além de Karine, Giovanna e Katharine, nada, absolutamente nada. O sentimento de amar é tão pequeno perto do que sinto.

Gi, minha flor, Katha, minha luz, eu não merecia ser escolhido como pai de vocês, obrigado por me fazerem o homem mais feliz deste planeta, eu amo enlouquecidamente vocês e tudo que faço de bom nesta vida é pensando exclusivamente em vocês.

Karine, eu nada seria sem seu amor, não sei olhar para o lado e não te ver. Meu coração arde de tanto amar você. Thiamo, meu eterno amor.

Resumo

Carapetcov, Thiago Henrique Varella Oliveira; Foley, Conor Gerald. **Mediação endógena como instrumento de decisão racional direcionada para o desenvolvimento da governança regional**. Rio de Janeiro, 2019. 35p. Dissertação de Mestrado - Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O presente relatório objetiva apresentar o quanto as técnicas de negociações de conflitos e tomadas de decisões racionais estão ausentes na crise Venezuela Brasil. A não adoção de boas práticas negociais pelos agentes políticos e diplomáticos agrava o dia a dia dos povos envolvidos no litígio. A opção por modernos instrumentos negociais e a presença de um mediador endógeno é a proposta, pois facilitaria enormemente o desenvolvimento de uma governança regional. Para embasar a pesquisa debruça o relatório na literatura clássica e contemporânea, o que abrange temas como: conflict transformation, black negotiation, newgotiation, process alternative, Theory Problem Solving”, o Nobel de economia de 2017 entre outras reflexões marcantes.

Palavras-chave

Mediação endógena; governança regional; decisão racional.

Abstract

Carapetcov, Thiago Henrique Varella Oliveira; Foley, Conor Gerald (Advisor). **Endogenous mediation as an instrument of a rational direct decision for the development of regional governance.** Rio de Janeiro, 2019. 35p. Dissertação de Mestrado - Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This report aims to present how the techniques of conflict negotiation and rational decision making are absent in the Venezuela Brazil crisis. The non-adoption of good business practices by political and diplomatic agents aggravates the day-to-day of the peoples involved in the litigation. The option for modern negotiating instruments and the presence of an endogenous mediator is the proposal, as it would greatly facilitate the development of regional governance. To support the research, the report focuses on classical and contemporary literature, which covers topics such as: conflict transformation, black negotiation, newgotiation, process alternative, Theory Problem Solving, "the Nobel economics of 2017 among other striking reflections.

Keywords

Endogenous mediation - regional governance - rational decision.

Sumário

1. Introdução	8
2. Caso Venezuela-Brasil – O início da crise local e ausência de mediação regional	10
3. A mediação internacional - brevíssimo contexto introdutório	14
4. Mediação regional e sua importância – os mediadores endógenos.	17
5. O mediador Sul-Americano – o multiculturalismo na mediação	20
6. Dos instrumentos incidentes e da tomada de decisão	24
7. Governança global e governança regional	28
8. Solução de controvérsias não econômicas no MERCOSUL	31
9. Conclusão	32
10. Referências bibliográficas	34

1. Introdução

Com os antigos e novos conflitos internacionais existentes, contempla-se por tantas vezes a falta de diálogo e/ou técnicas de resolução de conflitos adotadas no ambiente global. Nos últimos anos complexos conflitos chamaram nossa atenção. A histórica e trágica relação entre as Coreias, a violência do narcotráfico na Colômbia, a relação fracassada do Irã com a política de armamento nuclear, a profunda e aguda relação Israel-Palestina. Unem –se aos destacados conflitos, embates “menores”, que transcendem o aparente paralelismo territorial e alcançam ares internacionais. O fresco episódio Brasil Venezuela, seja na esfera puramente política seja no tema migratório. Estados Unidos e México igualmente alcançam este patamar, ora no ponto migratório, outrora comercial e até mesmo sociológico com as ações duvidosas do governo Trump. Colômbia, Peru e Equador ensaiam sem sucesso uma solução regional diante da problemática questão migratória advinda da Venezuela, operando em última análise, com a intervenção Norte Americana no diálogo, que seria ou deveria ser local. A mediação internacional traz consigo estudos hoje aptos a demonstrar que técnicas bem direcionadas de negociação racional poderiam transformar conflitos seculares em relações inicialmente sem agressões a passar para níveis de diálogo, seguidos de acordos, de parcerias e por meio de gentilezas mútuas, converter aquele derrotado e prejudicial histórico de conflito em um ambiente agradável, enriquecedor de diálogo, de trocas culturais, sociais, políticas, comerciais e de tantos outros valores entre países. Poderíamos, diante destas situações mal coordenadas ter incorporados os efeitos positivos do conflict transformation, o que infelizmente não ocorreu.

A mediação internacional efetiva diretamente a governança global. Porém o fator chamativo deste relatório é sua importância na governança regional, ponto hoje pretendido por todos os atores do sistema internacional. Sem olvidar, a maioria das questões enumeradas no parágrafo anterior seria solucionada com excelentes mecanismos de mediação regional. Absolutamente ignorados por exemplo na questão da imigração venezuelana. Os países sul-americanos desprezaram os métodos possíveis de resolução regional. Peru, Equador e Colômbia foram “gentilmente intimados” pelos EUA a participarem de uma mesa de negociação. Perceba, um ator distante coordenando uma mediação, o mesmo que “tomará o caminho de casa” horas depois de qualquer eventual acordo. Não sofrerá absolutamen-

te nenhum grande reflexo do que fora acordado. Da mesma forma o Brasil, não oferece a devida importância à questão venezuelana, o que acaba por trazer reflexos sociais, culturais, econômicos, jurídicos bem como humanitários. E de pensar que uma mediação regional coordenada pelo Brasil traria inúmeros fatores positivos para o país e toda a sua região. Brasil cumpriria um bonito papel humanitário, regional, econômico, político social finalmente demonstraria uma ação de liderança regional. Coordenaria uma mediação internacional com a participação de Peru, Equador, Colômbia e Venezuela, transparecendo ao Mundo seu amadurecimento. Pura ilusão! O Brasil realiza um papel que teve início com sua incômoda omissão, passando por uma decisão judicial de fechamento de fronteiras culminando com o conflito violento entre população local e imigrantes. A ausência de política internacional brasileira já havia trazido outros problemas com a mesma Venezuela como foi o caso do chamamento para retorno ao país de origem dos representantes oficiais dos dois países por motivos de cunho político partidário, inexistindo fundamento racional para a grave medida.

Diferente do que se possa pensar, a intenção não é afirmar a facilidade da negociação mesmo que regional. Ressaltar a medida significa acreditar no seu potencial mesmo tendo um trabalhoso caminho. Os métodos contemporâneos de negociação auxiliam certamente o objetivo, porém são complexos. Instrumentos conceituais e práticos como black negotiation, newgociation, conflict transformation, e tantos outros recursos que são adotados por técnicos em negociação, cada vez mais são solicitados por governos em conflitos. Inúmeros fatores devem ser anotados para análise da melhor alternativa a ser tomada. Compreender a relevância do multiculturalismo presente no cenário internacional é uma delas, perceber a brutal diferença entre mediadores de diversas partes do globo, dominar as características dos negociadores sul-americanos, bem como dos brasileiros facilita enormemente o ambiente negocial, especialmente o latino. Teorias que devem basear uma tomada segura e duradoura de decisão são elementos estruturais do êxito. Tão relevante é a forma de decisão que premiou Richard Thaler com Nobel de Economia de 2017 ao tratar do tema em seus estudos. A influência da mídia e o poder da sugestão formam componentes psicológicos interessantes para o tema, que juntos com os elementos anteriormente citados serão objetos de análise do presente artigo.

2. Caso Venezuela-Brasil – O início da crise local e ausência de mediação regional

Em junho de 2015, uma comitiva de senadores brasileiros deslocou-se à Venezuela para reunir-se com líderes da oposição a Nicolás Maduro. Piquetes e hostilidades de grupos chavistas na saída do aeroporto de Caracas impediram o prosseguimento do grupo, aumentando a pressão política e diplomática ao então governo Dilma Rousseff, aliado de Maduro.

Em 31 de agosto de 2016, com a queda de Dilma Rousseff, a relação entre os dois países ganha complexidade e gravidade: com a posse do então vice, Michel Temer, e a designação de José Serra para chanceler, a Venezuela e o Brasil se afastam e endurecem críticas mútuas. Após críticas abertas de Caracas ao impeachment de Dilma, o Brasil convoca seu embaixador de volta ao seu território.

Sob sigilo, o embaixador Ruy Pereira concede proteção na embaixada brasileira em Caracas a um juiz designado paralelamente para o Supremo Tribunal venezuelano. Ildefonso Ifill Pino fica sob proteção durante dois meses, antes de fugir de carro para a Colômbia sem ter conseguido salvo-conduto.

O Brasil passou a atuar abertamente no repúdio à escalada antidemocrática na Venezuela, o que contribuiu para deixar Caracas isolada em instituições como OEA e Mercosul. Em dezembro de 2017, o então presidente Michel Temer apelou pelo retorno da democracia naquele país, inclusive condicionando o apoio brasileiro à participação da Venezuela em importantes órgãos internacionais a implantação de políticas de direitos humanos, para tanto divulgando uma nota pública em 21 de dezembro de 2017.

Como resposta aos apelos de Temer, em 23 de dezembro de 2017, a Assembleia Constituinte da Venezuela declarou o embaixador Ruy Pereira persona non grata, efetivamente ordenando sua expulsão. Além do mais, divulgou uma nota oficial para afirmar que o Brasil comete "grosseira intromissão nos assuntos internos" do país.

Como consequência, em 26 de dezembro de 2017, o governo brasileiro adota reciprocidade, assim como já fora feito pelo governo canadense, expulsa o

encarregado de negócios da Venezuela em Brasília, Gerardo Antonio Delgado Maldonado. Ponto específico: há mais de um ano não havia embaixador venezuelano no Brasil. Segundo o Ministério das Relações Exteriores, o diplomata do país vizinho, Alberto Efraim Castellar Padilla, que havia sido designado para o posto, jamais apresentou credenciais para trabalhar na capital brasileira.¹

A declaração de *persona non grata* e por consequência a expulsão é uma das medidas mais agressivas na diplomacia. O caso é um típico exemplo da ausência de mecanismos eficientes de Mediação Internacional na região sul-americana. Além da promiscua mistura de assuntos de Estado com assuntos partidários. A existência de um grupo sul-americano eficiente e apartidário direcionado à mediação endógena evitaria todo este incidente entre países irmãos e comercialmente interligados.

Como é de conhecimento o imbróglio latino americano infelizmente continuou. Devido a forte crise política, econômica, social e humanitária vivida na Venezuela, um número assustador de imigrantes venezuelanos se forma. Colômbia, Peru, Equador e Brasil são os principais destinos do sofrido povo. No Brasil a porta de entrada é o estado fronteiro de Roraima, região pobre e desestruturada, afastada dos grandes centros econômicos brasileiros, a região se vê literalmente no caos. Sem qualquer tipo de política migratória por parte do governo brasileiro a falta de tratamento básico para condição humana dos brasileiros residentes e dos venezuelanos deslocados é extremamente grave.

Para piorar, em 5 de agosto de 2018, o juiz federal Helder Girão Barreto, da 1ª Vara Federal do estado de Roraima, concedeu uma questionável decisão impedindo a entrada de novos imigrantes venezuelanos no Estado. Solicitando as forças federais o literal fechamento das fronteiras com o país vizinho até que tivéssemos um controle migratório equilibrado. Ao atender o pedido daquele ente federativo o juiz levou em consideração números expressivos de desequilíbrio nos atendimentos públicos em geral como hospitais, creches e escolas. Fato é que horas depois desta decisão a Ministra Rosa Weber do Supremo Tribunal Federal

¹ Texto baseado em informações divulgados pelo Ministério das Relações Exteriores e reportagens jornalísticas, principalmente no infográfico explicativo presente no site do Jornal O Globo <https://oglobo.globo.com/mundo/em-resposta-venezuela-brasil-decide-expulsar-principal-diplomata-do-pais> acessado em 27/12/2017.

decidiu liberar a fronteira sustentando sua decisão em valores humanitários e supranacionais, cita a Constituição brasileira e diversos acordos internacionais, diz a Ministra: “a proteção ao refugiado é regra solidamente internalizada no ordenamento jurídico brasileiro ... o acolhimento humanitário imediato, prévio ao procedimento de análise e eventual deferimento formal, de competência do Poder Executivo, é medida que deflui de todas as normas internacionais que aderiu o Brasil.”²

A tensão regional transformou Roraima em um território repleto de tensões. Dez dias depois da decisão da Suprema Corte brasileira veio o estopim. Em 18 de agosto de 2018, parte da população brasileira local, sentindo-se desprezada pelo governo que até então não havia buscado absolutamente nenhuma decisão satisfatória sobre o caso e incomodada com as alterações sofridas em seu dia a dia já bastante sofrido ataca os imigrantes venezuelanos, agredindo-os, tocando fogo em seus pertences, independentemente de ser mulher ou criança, sem perceber que se tratava de seus vizinhos, irmãos sul-americanos. A triste cena ocorreu em uma América Latina desintegrada e ausente de governos racionais e integrativos, incapazes de dialogar.³

Com forte influência negativa, o presidente eleito no Brasil, Jair Messias Bolsonaro em parceria com o presidente norte americano Donald Trump inflam o conflito a cada dia, com declarações desastrosas daquele e pressões internacionais deste, fazem a situação se agravar. Os EUA impondo medidas sob a fantasia tragicômica de mediador nos faz refletir, o porquê de sua intromissão em assuntos sul-americanos. Do outro lado, na Venezuela, temos uma oposição que se declara no poder por meio de Juan Guaido, que com apoio norte-americano tenta figurar no poder com promessas e esperança de um futuro mais democrático ao sofrido povo venezuelano.

No momento, inexistente mesa de negociação regional coordenada por atores locais, não há diálogo técnico entre os países na intenção de amenizar a crise, a-

² <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/08/stf-indefere-pedido-de-fechamento-da-fronteira-com-a-venezuela.shtml> - acesso em 02/10/2018.

³ <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/08/refugiados-venezuelanos-sao-agredidos-e-expulsos-de-tendas-em-roraima.shtml> - acesso em 02/10/2018.

penas trocas públicas de agressão e no pano de fundo uma guerra desenfreada pelo poder econômico e político da região.

3. A mediação internacional - brevíssimo contexto introdutório

ZARTMAN, WALKER, GALTUNG, BERCOVITCH, MORGENTHAU, TUCÍDIES, WALTZ entre outros, são autores de Relações Internacionais que trazem em comum o debate sobre a Mediação Internacional e seus reflexos. Cada qual com sua concepção sobre o tema, a começar pela discussão sobre a origem da mediação, passando por seus objetivos, teses e instrumentalização de práticas a serem utilizadas.

Os mais clássicos, divulgam o marco inicial dos estudos de mediação no período da Guerra Fria, enquanto autores “contemporâneos”, determinam o ano de 1919 como o marco de surgimento. Vale lembrar, coincidentemente ou não, o mesmo ano de criação da Liga das Nações.

Historicamente existem três correntes de estudo que demonstram e analisam a origem, os objetivos e a evolução da mediação com maior força e clareza, segundo cada qual possui sua própria sistemática intelectual. São elas: os Estudos de Paz, os Estudos Estratégicos e a Resolução de Conflitos.

Rapidamente rascunhando características de cada estudo, podemos relativamente concluir o seguinte: O primeiro pensamento é apoiado pelos estudos de GALTUNG como autor central, e se desenvolve numa análise racional sobre a negociação do conflito, sempre em busca de novos conceitos sobre guerra e paz. Já a segunda corrente teórica, Estudos Estratégicos, se vinculou à bipolarização existente entre EUA e URSS. Enquanto a terceira e última ideia, âncora seus ensaios nas raízes da mediação. Com gênese nos EUA, faz uma abordagem norteadada na ausência de agressão, combinada com a Teoria dos Jogos, por sinal, fonte inesgotável de pesquisa na Escola de Negócios de Harvard até os tempos atuais.

Mesmo sem maiores aprofundamentos neste artigo, é percebido pela literatura que os três estudos se complementam e formam um diálogo harmonioso para o estudioso da Mediação Internacional, refletem verdadeiramente formas de analisar o cenário conflituoso. Esta unidade intelectual é citada por ROBERT W. COX na famosa “Theory Problem Solving”.

Os estudos sobre Mediação e Negociação se desenvolveram como uma rede, multidisciplinar inclusive. A escola de administração francesa - ESC Rennes School of Business, a escola de negócios e a escola de direito de Harvard, as de relações internacionais de grande parte Europa, e até mesmo, as de segurança pública do Reino Unido, todas essas, são centros de pesquisa, análise, interligação com o tema Mediação / Negociação.

A relatada intercessão disciplinar não pode ser vista como um ponto negativo, ao revés, é uma das características positivamente marcantes do tema. Aliás o grande doutrinador BERCOVITCH sempre fez questão de enaltecer tal característica e costuma citar em suas obras apontamentos técnicos de KOLB & RUBIN sobre essa importância da multidisciplinariedade.⁴

BERCOVITCH ensina quatro famosos pilares que devem ser aplicados em conjunto no estudo e na prática da mediação: O primeiro é entender a negociação existente na mediação como uma arte, sempre a utilizar o aconselhamento como ponto central, próximo se está da concepção ministrada na escola de negócio de Harvard e o seu tradicional “win win”. O segundo ponto ressaltado é o uso das teses acadêmicas, unificando a teoria com a prática. Em terceiro, BERCOVITCH evidencia o aproveitamento da Teoria dos Jogos, ou seja, matemática / probabilidade sobre a atuação dos atores e dos fatos. Termina brilhantemente o autor ao sublinhar toda esta unidade com a soma das pesquisas empíricas, ambiente no qual defende ser possível a aquisição de informações vividas em casos de mediação para o uso em futuros eventos conflituosos.

Parte da literatura critica a versão de mediação de BERCOVITCH, principalmente sob a alegação de que nenhum case é igual ao outro, logo, não teríamos uma “receita” para a harmonização de todo e qualquer conflito.

Obviamente não há um caminho perfeito, entretanto é absolutamente possível traçar princípios, variáveis e métodos para lidar com casos futuros, afinal toda disciplina é desta forma. Elaboram-se princípios, teorias e com o passar do

⁴ BERCOVITCH, J. A Mediação em conflitos internacionais – Panorama teórico e revisão das práticas, p. 26 – 56. Em: DRUMOND, P.; HERZ, M.; SIMAN, M. Mediação Internacional. Editora Vozes, 2016.

tempo, com o surgimento de eventos inéditos acrescentam-se, desenvolvem-se melhorias, adequações.

Diante de um arsenal científico como este, cristalina fica a compreensão de que estamos diante de uma ciência. A análise de regras e técnicas próprias para lidar com o cenário de litígio. Como já esclarecido, objetiva-se implicar com a falta de eficiência no diálogo Venezuela-Brasil. Ignorar a adoção de pilares desenvolvidos na formação desta ciência, acaba por impedir um proveitoso desenho de Governança Regional na América do Sul.

4. Mediação regional e sua importância – os mediadores endógenos

Quando se imagina um mediador é normal idealizarmos um terceiro estranho e distante ao conflito. Visto que, com a imparcialidade presente, os atores teriam maiores facilidades em legitimá-lo. Hoje, contudo, tanto na prática como na literatura, existe um maior interesse nos mediadores regionais, costumeiramente parciais. Atores que verdadeiramente vivenciam e conheçam de perto a paisagem conflituosa, tem despertado maior interesse dos estudiosos.

O desinteresse das grandes potências em se envolver em conflitos regionais dos quais não fazem parte, e/ou que não apresentem uma possibilidade econômica tentadora, é apenas um dos vetores que têm resultado no aumento das mediações regionais.

ELGSTRÖM, BERCOVITCH e SKAU⁵ apresentam e defendem brilhantemente o tema Mediação Regional, também chamada de Mediação Endógena, ponto chave deste relatório:

“Mediações Endógenas / insider – é a mediação feita por quem detém ligação com conflito e com as partes, onde o conhecimento aprofundado das características do conflito e dos interesses envolvidos faz toda a diferença para efetividade do resultado”.

Segundo alguns críticos, grande parte das mediações internacionais acabaram prejudicadas pela presença da parcialidade, há inclusive preferência por mediadores imparciais – impartial insiders. Como explicaremos, há um equívoco nesta corrente crítica. Não devemos confundir o mediador regional, parcial, com o mediador tendencioso, são paisagens completamente desassociáveis.

Apesar desta tradicional e hipócrita forma de pensar (“todo mediador deve ser imparcial”), ELGSTRÖM, BERCOVITCH e SKAU ministram justamente o contrário e demonstram a efetividade alcançada por grupos de mediação parciais.

⁵ ELGSTRÖM, O.; BERCOVITCH, J. e SKAU, C. Organizações Regionais e Mediação Internacional – A eficácia dos mediadores endógenos, p. 286 – 303. Em: DRUMOND, P.; HERZ, M.; SIMAN, M. Mediação Internacional. Editora Vozes, 2016.

A parcialidade como instrumento de efetividade vem a ser o objeto de reflexão deste escrito, como caminho a ser percorrido para uma Governança Regional satisfatória.

Os periódicos, as obras, os relatos acadêmicos apresentam diversos exemplos de atuações regionais de relativo sucesso. Na América Central, com El Salvador e Nicarágua, a atuação da OEA foi significativa. Assim como, a Liga Árabe e o caso do Irã – Kuwait. Já a União Europeia é citada pela literatura em inúmeras passagens bem-sucedidas de mediação regional.

Atualmente no sul global (expressão criticável), o aumento desse tipo de mediação é chamativo, o que se dá pelo nítido desinteresse das grandes potências em se envolver em conflitos que não sejam partes, e/ou que não tenham interesses políticos ou econômicos diretos.

A vinculação com o conflito e com os atores envolvidos, o profundo conhecimento das condições e das normas locais, a proximidade geográfica... são características positivas e importantíssimas que o Mediador Endógeno detém, diferente do Mediador Exógeno.

Quando se afirma ser positiva a participação de um negociador parcial, é com base no raciocínio de que todos, intimamente ou não, possuem uma opinião, um lado, uma afinidade, são parciais. O que é diametralmente oposto a uma conduta tendenciosa de um mediador, essa certamente inadmissível.

A neutralidade é o melhor dos adjetivos, e deve ser observada nos recursos, nos métodos, no processo de mediação, na capacidade de gerar as aceitações, independente do sentimento, do interesse, da ideologia e da crença do mediador.

Esta linha sensivelmente tênue é que desejamos esclarecer e enaltecer, concluir pela importância em usufruirmos de atores envolvidos com o conflito, parciais, porém não tendenciosos.

É convincente e incontestável a percepção de que estes mediadores estarão “condenados” a vivenciar a solução encontrada, a desejar e se esforçar para que a

paz que irão ou não sentir no período pós conflito seja real e duradoura. As soluções irão lhe afetar diretamente.

Um dos maiores problemas modernos na Mediação Internacional é o pouco tempo de duração da paz pós mediação. O que se evidencia é que ao finalizar o seu labor, o mediador exógeno se vai, enquanto o mediador regional fica, uma vez que ali tem suas raízes, seu presente e seu futuro.

Internacionalizar o conflito, na maioria das vezes, é ruim, afeta outros parceiros, comerciais ou políticos. Atrai uma abordagem cultural diversa dos atores, leva mais tempo, demonstra maiores dificuldades na realização de diálogos informais, aponta suas fragilidades a terceiros estranhos, mancha por vezes a imagem de determinado país...além disso, como referido acima, falta por vezes, certa legitimidade e facilidade em lidar com a paisagem em litígio.

Os benefícios de uma mediação regional, parcial, são ausentes no caso Venezuela-Brasil. Litígio que começa pequeno, simples em comparação aos casos internacionalmente conhecidos, um exemplo de diversidades ideológicas e políticas que não conseguiram conviver em harmonia, paisagem que poderia ter sido solucionada de outras tantas maneiras, mas que por ausência de instrumentos efetivos, acaba por afetar a estabilidade do mercado e da política sul-americana. Amplia agudas dores sociais, como o caso dos refugiados venezuelanos, enfraquece o setor econômico, por exemplo, a área de gás e petrolífera. Serve de consolidação para a percepção mundial, de como a América do Sul ainda é um “território” instável, e, o Brasil ainda enfrenta certos obstáculos ao comandar a sua região.

5. O mediador Sul-Americano – o multiculturalismo na mediação

A mediação é composta por características do conflito e também do mediador. Portanto, de nada adianta conhecermos o cenário conflituoso, exigirmos uma mediação regional se não adequarmos a um bom mediador/negociador.

Como sustentamos a ideia de uma negociação regional, falamos de um possível negociador sul-americano no diálogo Venezuela-Brasil, logo, devemos traçar características de possíveis atores regionais.

Importante enaltecer que a identidade do mediador é um fator que afeta profunda e diretamente as chances de a mediação ser ou não eficaz, ser ou não duradoura, por isso o estudo de sua cultura é tão debatido em diversas literaturas sobre o tema.

HERZ, SIMAN & DRUMOND explicam melhor o reflexo da cultura do mediador no conflito mediado:

“A mediação sensível ao contexto cultural e identitário possui grande potencial para promover a transformação dos conflitos e a reconciliação entre as partes em disputa (LEDERACH,1995). Esse entendimento, contudo, não é compartilhado de forma universal pela literatura de mediação internacional e resolução de conflitos. Conforme destacam RAWMOND COHEN, RAMSBOTHAM e FAURE, autores como BURTON e ZARTMAN defendem que os métodos de negociação e mediação são universalmente compartilhados e que, portanto, a cultura não interfere de modo relevante na gestão de disputas. Por outro lado, as análises de autores como LEDERACH, AVRUCH e FAURE reconhecem a influência e o impacto da cultura nos métodos de negociação de conflitos”.⁶

Não é repetitivo demonstrar o quanto a cultura é um fator determinante nas negociações internacionais, e, sobre o tema, ninguém melhor que DUZERT, STOECKICHT, MALLMANN & MEN para ministrar tal lição:

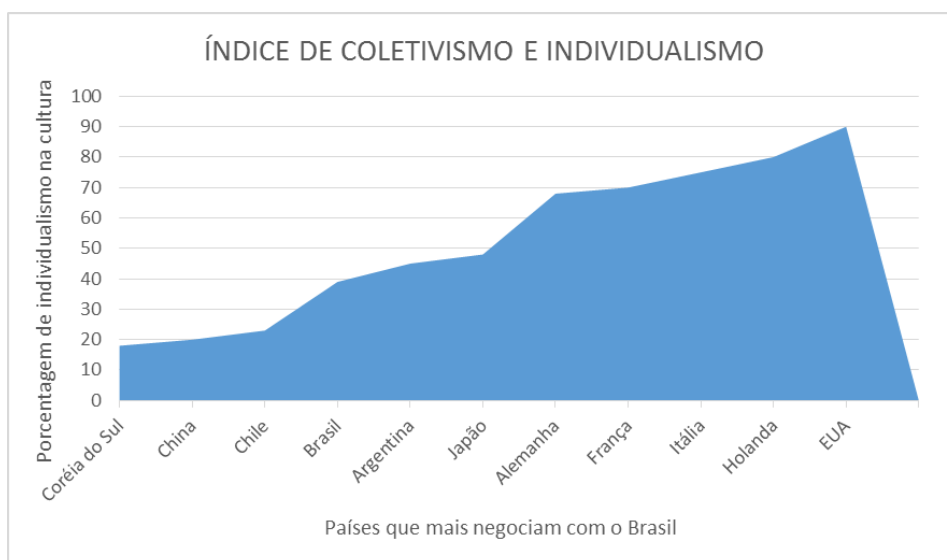
“... alguns definem cultura como ideias, sentimentos e pensamentos, modos de vivência, convenções, valores e comportamento dentro de uma comunidade. Por fim, a cultura pode ser vista também como uma cola que liga as pessoas do grupo como uma identidade distinta.”⁷

⁶ Debates contemporâneos e tópicos especiais em mediação internacional, p. 326 – 327. Em: DRUMOND, P.; HERZ, M.; SIMAN, M. Mediação Internacional. Editora Vozes, 2016.

⁷ Aspectos multiculturais em negociações internacionais, p.61. Em DUZERT, Y., STOECKICHT, I., MALLMANN, D. & MEN, J. Negociação Internacional. Editora FGV, 2014.

Como exemplo, um aspecto cultural que tradicionalmente enxergamos o quanto as características dos atores influencia é o binômio “individualismo X coletivismo”. Nas culturas individualistas as negociações têm um desfecho impessoal, geralmente compostas por equipes pequenas onde os negociadores podem tomar decisões com certa independência. Já em culturas coletivistas, os negócios são concluídos entre as equipes maiores, e, a decisão vem de um consenso.

No gráfico a seguir, temos um índice exemplificativo, que demonstra os países que o Brasil detém maior contato comercial. A intenção é apresentar a variação do individualismo e do coletivismo em cada cultura, transparecendo, por consequência, nos acordos, independentemente de sua natureza, mercantil, político, social e etc⁸...



Em pesquisa feita pelo Ministério das relações exteriores se constatou que⁹: ... o negociador brasileiro tem suas características, é visto internacionalmente como cordial, malandro sociável e descontraindo, chega com atraso em seus compromissos...é relapso para cumprir acordo, mas tem sempre um jeito de justificá-lo”.

⁸ Aspectos multiculturais em negociações internacionais, p.65. Em DUZERT, Y., STOECKICHT, I., MALLMANN, D. & MEN, J. Negociação Internacional. Editora FGV, 2014.

⁹ Negociadores sempre chegam atrasados: o seu estereótipo chega na frente, p.105. Em DUZERT, Yan. Manual de Negociações Complexas, Editora FGV 2007 - A pesquisa realizada pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil tinha como finalidade subsidiar ações estratégicas no campo do comércio internacional.

“...os argentinos consideram os brasileiros divertidos, alegres e simpáticos, porém quando o tema é confiança 42% dos 600 argentinos entrevistados desconfiam. A pesquisa também aponta os brasileiros com uma hesitação em dizer não, demonstrando assim uma flexibilidade aguda, uma baixa preocupação com pressões e demandas de tempo”.

Para HENDON, HENDON E HERBIG, que exploraram as negociações interculturais, o negociador brasileiro frequentemente valoriza mais o processo de negociação do que o resultado final. As discussões tendem a ser animadas, inflamadas, provocativas, eloquentes e engenhosas¹⁰.

Ampliando nossa lente, existem negociadores com diversos objetivos, ligados ou não a sua essência, mas que representam comportamento culturais que interferirão na interlocução.

Para Berry¹¹, esse ponto é fácil de ser notado pois existem quatro maneiras de construir relacionamentos além das fronteiras com multiplicidade de culturas. São quatro posturas que podem ser vistas em uma mesa de negociação multicultural:

- 1) Postura de Integração – desejo e interesse em construir um relacionamento, tendência mais favorável de construir negócios/negociações.
- 2) Postura de Assimilação – o mediador/negociador mantém a sua cultura, porém assume a cultura do outro, ou seja, tenta assimilar valores e moral da outra parte.
- 3) Postura de Separação – o mediador/negociador mantém sua própria cultura e não tem contato com a cultura do outro, evita um relacionamento. Episódio em que o negociador se limita a sua missão.
- 4) Postura de Marginalização – o mediador/negociador não impõe a própria cultura nem procura entender a do outro, sendo um ambiente desfavorável à negociação, onde a comunicação e o entendimento são ignorados.

¹⁰ Negociadores sempre chegam atrasados: o seu estereótipo chega na frente, p.106. Em DUZERT, Yan. Manual de Negociações Complexas, Editora FGV 2007.

¹¹ Aspectos multiculturais em negociações internacionais, p. 59-60. Em DUZERT, Y., STOECKICHT, I., MALLMANN, D. & MEN, J. Negociação Internacional. Editora FGV, 2014.

Na busca do melhor resultado para a crise venezuelana poderíamos trabalhar a ideia de um grupo de mediadores sul-americanos obtendo uma reunião de características positivas e apropriadas para o conflito estudado. Derrubaria qualquer nível de dominação apontado por algum ator, não sobressaindo características de determinada nação, o que facilmente poderia macular a legitimidade negocial e trazer velhas rixas regionais a um ambiente de pacificação. Como pode ser observado neste trecho, o multiculturalismo é evidente, mesmo nas mediações regionais.

6. Dos instrumentos incidentes e da tomada de decisão

Para além da individualidade do mediador as técnicas negociais nos levam a altíssimos parâmetros de qualidade e efetividade. O respeito a complexidade de cada processo não afasta a aplicação padronizada, de mecanismos adequados, baseados na ciência da resolução de conflitos. Crer na negociação apenas como uma arte é retrógrado e leva ao fracasso do ator responsável por ela. Habilidades, sensibilidade e dom, de fato, estão intrinsicamente ligados à figura do negociador, todavia somente sobressaem com o auxílio do conhecimento científico.

Na causa latina seria provável perceber em uma mesa de negociação formada por atores distantes a presença de um instrumento amplamente conhecido na prática negocial, o *black negotiation*. Nele, um dos integrantes apresenta obscuridade em seu comportamento, carrega a discussão para cruzamentos de ideias e interesses imbatíveis, incongruentes, sua participação está eivada do mais puro exercício da má fé. Traz consigo a reprovável intenção de caos. Por esse motivo, a proposta do relatório é a criação de um grupo de países latinos a pacificar a demanda, a formar internamente a maioria ensejadora do afastamento da *black negotiation*.

O contragolpe face a má conduta deve ser a aplicação dos estudos do professor francês radicado no Brasil Yan DUZERT. O ilustre professor, nos apresenta o resultado de anos de estudo e atuação em mediações internacionais, formata o sistema da Newgotiation, que enaltece práticas de boa conduta, eticidade e boa-fé em uma negociação.

Compreender que o conflito é uma excelente oportunidade de crescimento mútuo, no caso de crescimento regional é absolutamente fantástico. Ao examinar o conflito Venezuela – Brasil nota-se que a origem é de pequena monta e a sua evolução ríspida motivou-se por influência partidária e ausência de técnicas baseadas em tomadas de decisões racionais. Pequenas ações agressivas inflaram egos de políticos contestados em seus países, como o caso dos Presidentes do Brasil, Michel Temer e Jair Messias Bolsonaro, o presidente da Venezuela Nicolas Maduro e o presidente da Colômbia Iván Duque Márquez. A Newgotiation evidencia a possibilidade do tratamento cordial entre as partes, um lidar generoso, moral-

mente pleno sem, contudo, deixar de espelhar seus anseios e defender seus interesses nacionais; negociação integrativa é o ponto, ganho para todos os atores e não uma guerra irracional para vencer o debate a todo custo mesmo que saia com prejuízo. Gentileza e cordialidade, sinônimos de boa vontade negocial, concretizam na maioria das vezes a outros tantos desfechos favoráveis às partes, enriquece de tal forma as alternativas de escolha ao ponto dos litigantes desejarem outras negociações em que o lucro coletivo passa a ser o lema daquela relação. DUZERT, sob a régua da moralidade negocial, define sua técnica da seguinte forma: “Negotiation is a ethical and elegant process of rational and collaborative decision aiming at mutual benefits”¹²

Estimulante como as técnicas se complementam. Ao afirmar que a moralidade facilita a negociação deseja-se introduzir a real viabilidade de que após o apaziguamento outras paisagens aparecerão, isso porque ultrapassado o período nebuloso não se tem motivos para não fluir o respeito nas relações internacionais. Sobrevindo um provável período de costuras negociais proveitosas, lucrativas e enriquecedoras para aquela região. Transformação, mutação, essas são as palavras. Transfigurar o litígio em cenários positivos, próximo estamos ao que hoje a academia chama de *conflict transformation*. A doutrina descreve o *conflict transformation* em um panorama de conflitos armados, através do qual a intervenção serviria não apenas para acabar com o conflito, como ainda a missão de transformar o local afetado.

PAFFENHOLZ e RANDAZZO que tratam do tema afirmam que o *conflict transformation* é a atuação efetiva dos locais para uma real mudança no território conflituoso. Os autores defendem a participação de locais na transformação de conflitos com o abandono da posição de expectador para uma atuação expressiva e efetiva no litígio local¹³.

A expressão embora originada nos conflitos armados pode ser estendida a conflitos de outra natureza, como no caso estudado. Conforme comentado, a crise

¹² In Duzert Y. (2014), Newgotiation. Newgotiation Publishing.

¹³ Paffenholz, Thania, 2014. International peacebuilding goes local: analysing Lederach's conflict transformation theory and its ambivalent encounter with 20 years of practice, Peacebuilding, 2:1, 11-27. And Randazzo, Elisa, 2016. The paradoxes of the 'everyday': scrutinising the local turn in peace building, Third World Quarterly.

vivenciada poderia ter sido trabalhada de outra forma para que o Brasil e a América do Sul pudessem sair destacados de maneira positiva e grifar ao Mundo a capacidade integrativa dos sul-americanos bem como a tendência à pacificação e à negação, o que refletiria em excelentes resultados econômicos, sociais e diplomáticos.

Quando HAMMOND¹⁴ nos ensina que as decisões irracionais são desastrosas e que sempre passam pelos mesmos erros, fica óbvio a ignorância dos atores participantes da crise: retorno do chanceler, repúdio público das condutas consideradas inadequadas, ameaça de fechamento de fronteiras, entre outras atitudes precipitadas é muito fácil coadunar com as escritas do autor. Em análise constata-se que foram todas tomadas de decisão sem ponderação técnica sobre os riscos políticos, sociais, econômicos e diplomáticos, sendo cristalina a ausência de adoção das Teorias de tomadas de decisão. HAMMOND, KENNY E RAIFFA são estudiosos consagrados de resolução de conflitos, especializados em tomadas de decisões, em qualquer dos inúmeros textos publicados em conjunto ou isoladamente por eles, nos primeiros capítulos, em que o autor habitualmente nos apresenta suas linhas iniciais, é banal o leitor encontrar ações a serem efetivadas antes de uma grande tomada de decisão. Faz parte da literatura citada abordar movimentos práticos, costumeiros que possam calcular, literalmente, as consequências de todas as possíveis decisões. Notem, ao serem confrontados por exemplo os dois Governos optaram em retornar com seus representantes ao país de origem. Para todas as Teorias de tomadas de decisão, a primeira opção não deve ser a imediatamente acionada, diferente do que se desenrolou. De igual forma, remediar com ações padrões, como é o retorno dos representantes devem ser reavaliadas, pois segundo os autores é preciso ampliar o leque de escolhas e não se acomodar com as decisões padronizadas.

Esse desastre nas tomadas de decisões é uma das teses desenvolvidas pelo ganhador do Nobel de economia no ano de 2017, Richard Thaler. Segundo o economista, especialista em economia comportamental e psicologia das tomadas de decisões, autor de uma coletânea de obras reconhecidas, a racionalidade não está presente na maioria das decisões. O ser humano, segundo Thaler realiza suas es-

¹⁴ Hammond Joh, Kenny Ralph e Raiffa Howard. “The Art and Science of Negotiation”. Pags.47 a 64, ed.Harvard Business School.1999.

colhas, por mais importantes que sejam, de forma irracional, com uso exclusivo dos dados que tem em seu alcance que, quase sempre, são ignorados, substituídos por extinto ou estímulos usuais como: o poder da sugestão, a influência da mídia, os costumes, entre outros atos que afastam ponderações minimamente racionais.

Uma das saídas para decisões mais racionais e ampliação do leque de opções como sugestionado acima é apresentada pela literatura como a técnica do *Process Alternative*, segundo a qual seria possível a conquista de melhores resultados negociais. Nela desenvolveríamos mecanismos de decisão em etapas, votações ou grupos regionais neutros, como por exemplo a participação de mediadores Chilenos ou os Uruguaios, com isso alcançaríamos uma legitimidade decisória, sem a necessidade de confrontar os países que já se encontram em litígio, o uso do grupo ou de um ator regional aceito por ambos resultaria em uma negociação exitosa. Sempre bom destacar que a solução advinda deste relatório submete o conflito a uma mediação regional, processada por atores inseridos no contexto do conflito, direto ou indiretamente, pelos diversos motivos já narrados.

7. Governança global e governança regional

Toda a apresentação sobre Mediação Regional e os instrumentos incidentes teve o intuito de possibilitar um raciocínio de que estes seriam ingredientes poderosos e benéficos para a Governança Regional. Dito isso, vejamos.

A governança global surge para ajudar a entender a política internacional. Segundo WEISS¹⁵ existem três principais motivos de surgimento da Governança Global. O primeiro, é percepção de que certos problemas exigem tomadas de decisão não só de um único Estado. O segundo relata o surgimento de atores não estatais relevantes, que se enquadram acima do interesse estatal. Já o terceiro firma a ideia de que existe algo supranacional, que precisa ser notado e amparado.

O artigo citado, explica que com a globalização vivemos em uma rede de interdependência, tal a formar a conhecida Teoria dos Sistemas. Nela, tudo está relacionado com todo resto, em uma perfeita conexão.

Com a Teoria podemos perceber, por exemplo, o porquê dos alertas sobre os perigos da industrialização e dos avanços tecnológicos. Adquirimos a percepção de que um equívoco ocorrido em um dos lados do planeta chega facilmente ao outro, por vezes em segundos, o que comprova a interdependência entre os Estados.

Nenhum Estado age mais sozinho. Apesar desse esclarecimento as restrições aumentaram, isso porque, para os países desenvolvidos, muito mais fácil será a manutenção da independência. Por vezes, não vale a pena para os poderosos presidir uma mesa de negociações ou até mesmo realizar intervenções, mais barato seria, apenas influenciar positiva ou negativamente um conflito distante, regional como Venezuela-Brasil e não gastar recursos e crédito político em vão, se expondo ao agir na linha de frente.

A desigualdade só cresce, segue o mesmo ritmo que o desemprego e os empregos informais. O problema não é a globalização, mas a deficiência em sua governança. Por esse motivo, a Governança Global é um dos institutos mais tradi-

¹⁵ WEISS, Thomas. *Global Governance: Why? What? Whither?* Cambridge: Polity Press, 2013.

cionais e pesquisados nas publicações de Relações Internacionais. É nítido como a interdependência nos empurra para o conceito de Governança Global.

Paralelo a toda esta concepção global é desenvolvido um importante ideal de Governança Regional, algo mais preciso e específico. A fortíssima interdependência regional exalta a necessidade em observarmos o conceito de uma governança mais restrita, vide o fracasso do Mercosul, vide a instabilidade que vive a América do Sul, principalmente Brasil em sua política e sua economia e Venezuela no seu caos humanitário, democrático, econômico, político...

SUMMA & HERZ¹⁶ exaltam a crescente preocupação da literatura com a governança regional:

“Within the global governance literature, a growing effort to discuss the role of norms, rules, and practices at the regional level can be detected. Regional actors have been increasingly participating in global governance mechanisms creating, developing, contesting, diffusing, or displacing international norms and practices, including both human rights and conflicts resolutions norms. Na examination of regional governance, therefore, has become crucial for a proper understanding of the latest developments regarding international norms and practices.”

Falta um oceano para América do Sul compreender a importância de Governança Regional, assimilar que a Governança Regional é um processo de socialização, como explicam as autoras citadas anteriormente:

“This process of regional socialization, which is understood in the process of inducing actors into supporting the norms of a given community, has been occurring more intensely since the 1990s, and is the most obvious expression of the link between global governance and regional governance. Currently, this process has been particularly in matters regarding conflict resolutions and has promoted not cooperation in this area but also the standardization of norm and practices. This process has also helped to create and strengthen in all regions of the world. Regional organizations incorporate the discourse and practice that has become legitimate, which legitimizes their role an increasing homogenous manner. This socialization process largely through the UN system. UN agencies and regional organizations. Regional organizations are thus the sites of socialization as well as the promoters of socialization”.

¹⁶ SUMMA, R. and HERZ, M. Regional Organization, Human Rights, and Conflict Resolution. P. 101-103, in FUENTES J., DRUMOND P. Human Rights and Conflict Resolution: Bridging the Theoretical and Practical Divide. Routledge 2018.

Falta diálogo, união, atores preparados para reestruturação do continente, da sua integração com outras regiões e diversas outras tantas deficiências. Certamente a adoção das técnicas de Mediação Regional influenciaria positivamente para o aceleração sustentável da Governança Regional.

8. Solução de controvérsias não econômicas no MERCOSUL

Ao estudar o MERCOSUL por diversos ângulos, pode-se concluir na falta de práticas voltadas a evolução da Governança Regional. Um dos fatos que nos leva a tal ponderação é a primitiva ausência de um setor que trate as divergências de seus membros e dos demais países que compõem a região.

O bloco apresenta um arcaico ambiente de solução de controvérsia, todavia atua exclusivamente nas questões comerciais. Crises diplomáticas ou mesmo setoriais passam longe do ineficiente grupo. O caso Venezuela marca a história sul-americana, pois passa a ser o episódio mais traumático desde a formação do bloco e efetiva um desagradável *déjà vu* com a Crise das Papeleras. Infelizmente, famoso capítulo na história das relações sul-americanas em que o Uruguai decidiu anuir a construção de fábricas de celulose na fronteira com a Argentina. Com o slogan “*não às papeleiras*” a população argentina se viu agredida ambientalmente com os efeitos nocivos originado das tais fábricas. Brigas homéricas sob as teses de soberania de um lado e ruptura de acordos internacionais de outro colocaram em xeque as habilidades, ou falta delas, de mediação entre os países da América do Sul.

Não se faz aqui uma comparação dos casos por suas características intrínsecas, pois são de extensões incomparáveis, mas sim por ter a competência de reafirmar o subdesenvolvimento regional para tratar de questões diplomáticas.

Questões diplomáticas no MERCOSUL são enviadas diretamente para seu “Tribunal”, comitê sancionador formado pelos países fundadores do bloco. O objetivo é condenar ou absolver, pontos opostos e incompatíveis com o instrumento da Mediação. Estão comprovadas a incapacidade e a imperícia da estrutura existente. Simplesmente não há um setor de mediação antes do grau sancionador e é justamente esse alarme acionado por esse relatório.

9. Conclusão

Baseado na efetividade comprovada das mediações realizadas por atores regionais e na demonstração ao longo do texto da importante diferença entre mediador parcial e mediador tendencioso, conclui-se que o caso descrito entre Venezuela e Brasil expõe, vexatoriamente, as falhas nos mecanismos utilizados na América do Sul para harmonizar seus conflitos.

Em um episódio de pura diversidade ideológica e política alcançamos uma proporção grave e significativa, ao ponto de termos a mais aguda medida diplomática entre os países com as respectivas chamadas de seus representantes internacionais ao território nacional. Pior que isso, motivado pelo péssimo exemplo e a falta de ação dos seus governantes foram as agressões físicas e morais ocorridas com o povo venezuelano em Roraima, que culminaram como se vivêssemos em uma zona de inimigos históricos, o que inexistente.

O propósito do relatório a todo momento foi solidificar a mensagem de que para concretizarmos a ideia de Governança Regional precisamos requintar as ferramentas de diálogo sul-americanas. Compreender o movimento de socialização inserido na Governança Regional e destacá-lo.

Outro ponto foi verificar a influência que a cultura exerce nas mediações internacionais. Mesmo nas mediações regionais o vetor cultural é significativo, identifica-se a diferença comportamental e seus efeitos a compor medidas por vezes empíricas que auxiliam em casos futuros.

Ao direcionar uma lente na estrutura interna do MERCOSUL é fácil notar que a ausência de setor de mediação, a se encaixar estrategicamente antes do Comitê sancionador aparenta mais do que a ineficiência e, sim, o perfil do grupo. Não se tem a cultura de mediar e sim de sancionar, de permitir erroneamente que se alcance o nível mais grave de um conflito, a paisagem de penalização, ao invés de pacificação. Que fique cristalina a mensagem final deste relatório que não visa, até porque não teria condições, rascunhar um novo setor no MERCOSUL, objetiva então apenas sublinhar o quanto prejudicial é a inexistência de um setor competente para mediar antes de punir, para pacificar antes de deixar evoluir conflitos sul-americanos para patamares desproporcionais ao vínculo de irmandade existen-

te na região. Alarmar e mostrar a importância para a Governança Regional e a viabilidade pela existência de exitosas técnicas é a meta.

Em síntese, para buscarmos a harmonização contida na Governança Regional, deveríamos tratar os conflitos, como este da Venezuela-Brasil, com mais tecnicismo, racionalismo, acampando mediadores parciais, mediadores que convivem na região sul-americana, que não sejam tendenciosos em seus processos de mediação, que venham a permanecer e conviver com as soluções inseridas na negociação, a se tornarem reféns do trabalho realizado e integrar o conjunto de ferramentas disponíveis para estruturação da governança. Adoção de instrumentos modernos de negociação como a *newgotiation*, o *conflict transformation* para contextos não armados, as Teorias de tomadas de decisão, o *process alternative* trazem resultados exitosos. A formação de um grupo misto de mediadores sul-americanos munidos das mais novas ferramentas deveria ser o aplicado no caso narrado mais do que isso, deveria o Mercosul desenvolver setor de mediação regional para aprimorar os movimentos racionais de negociação em sua região. Enfim, utilizar a mediação parcial como forma de integração regional.

10. Referências bibliográficas

BAZERMAN, Max H.; NEALE, Margaret A. **Negociando racionalmente**. 2 edição, São Paulo: Atlas, 2016.

BERCOVITCH, Jacob. A mediação em conflitos internacionais: panorama teórico e revisão das práticas. **Mediação Internacional**. Petrópolis, Rio de Janeiro: PUC-Rio, Editora Vozes, 2016.

DRUMOND, P.; HERZ, M.; SIMAN, M. **Mediação Internacional: Debates contemporâneos e tópicos especiais em mediação internacional**, p. 326 – 327. Editora Vozes, 2016.

DUZERT Y. **Newgotiation**. Newgotiation Publishing 2014.

DUZERT, Y., STOECKICHT, I., MALLMANN, D. & MEN, J. **Negociação Internacional - Aspectos multiculturais em negociações internacionais**, p.61. Editora FGV, 2014.

DUZERT, Yan. **Manual de Negociações Complexas - Negociadores sempre chegam atrasados: o seu estereótipo chega na frente**, p.105. Editora FGV 2007.

ELGSTRÖM, O; BERCOVITCH, J. e SKAU, C. **Organizações Regionais e Mediação Internacional – A eficácia dos mediadores endógenos**, p. 286 – 303. Em: DRUMOND, P.; HERZ, M.; SIMAN, M. **Mediação Internacional**. Editora Vozes, 2016.

HAMMOND Joh, KENNY Ralph e RAIFFA Howard. **The Art and Science of Negotiation**. Pags.47 a 64, ed.Harvard Business School,1999.

KROGERUS, Mikael. **O livro da decisão**. Rio de Janeiro: Best business, 2017.

MNOOKIN, Robert H. **Beyond Winning: Negotiating to create value in deals and disputes**. Cambridge, Massachusetts, London, England, 2000.

MURPHY, Joseph. **O poder do subconsciente**. 47 edição, Rio de Janeiro: Record, 2002.

MURRO, Carlos F. **Negociemos! Ferramentas eficazes para soluções reais**. São Paulo, editora Ideias e Letras, 2004.

PAFFENHOLZ, Thania. **International peacebuilding goes local: analysing Lederach's conflict transformation theory and its ambivalent encounter with 20 years of practice**, *Peacebuilding*, 2:1, 11-27. And RANDAZZO, Elisa, 2016. The paradoxes of the 'everyday': scrutinising the local turn in peace building, *Third World Quarterly*, 2014.

THALER, Richard H. **Quasi Rational Economics**. New York: Russell Sage Foundation, 1994.

THALER, Richard H. **The Winner's Curse: Paradoxes and Anomalies of Economic Life**. Princeton: Princeton University Press, 1992.

WEIS SUMMA, R. and HERZ, M. **Regional Organization, Human Rights, and Conflict Resolution**. P. 101-103, in FUENTES J., DRUMOND P. Human Rights and Conflict Resolution: Bridging the Theoretical and Practical Divide. Routledge 2018S, Thomas. Global Governance: Why? What? Whither? Cambridge: Polity Press, 2013.